

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS- LDO/2025**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas do dia 02 de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário da Câmara Municipal José Rodrigues dos Reis, aconteceu a audiência pública com o objetivo de apresentar as propostas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2026. Compuseram a mesa diretiva a senhora Alessandra Cantuária de Araújo, Assessora Executiva da Secretaria de Planejamento; Diego Ribeiro de Oliveira, Coordenador Contábil da JBV Assessoria e Contabilidade; e Valdir Antônio Dourado Filho, Gestor Comercial da referida empresa, prestadora de serviços à municipalidade. Também estavam presentes no auditório o presidente da Câmara Felipe Medeiros Nascimento, os vereadores Claese Maria da Rocha, Elvis Macário Rodrigues dos Santos, Everaldo Meireles Roriz, Everson Roriz, Francisco Bandeira de Oliveira, Gonçalo Henrique de Sousa, José Paulo dos Reis, Lavandy Domingos dos Passos, Nixon Sousa Leite, Saulo Alves de Jesus Júnior, e as pessoas que foram registradas através da lista de presença que acompanha esta ata, sendo desnecessária sua transcrição. A abertura foi realizada pela Coordenadora do Departamento de Peças Orçamentárias, Luana de Faria, e, em seguida, a Assessora Executiva, senhora Alessandra Cantuária de Araújo, representando o Prefeito Diego Sorgatto, presidiu a audiência, cumprimentando todos os presentes. A Assessora que iniciou a exposição com uma análise global do processo de planejamento. Foi destacado que o planejamento de gastos e investimentos da gestão tem como base o plano diretor do município, que orienta o crescimento da infraestrutura municipal, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Em ato contínuo, a Assessora enfatizou que o planejamento é estruturado com objetivos de curto, médio e longo prazo, e dele são extraídas as ações que guiarão os exercícios financeiros de 2026 a 2029, originando o Plano Plurianual (PPA), a principal peça do planejamento orçamentário municipal. Ela ressaltou a importância da participação da população nesse processo,

visando um melhor atendimento às suas demandas e necessidades enfatizando que a colaboração da comunidade é essencial para alcançar resultados mais eficazes. Foram apresentados por ela os canais de comunicação disponíveis para a população, a saber: formulário online disponível no site institucional, na página da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) – luziania.go.gov.br/planejamentopml; WhatsApp: (61) 99258-4644; e-mail da SEPLAN: planejamento@luziania.go.gov.br; E-SIC (Serviço Eletrônico de Informações ao Cidadão), acessível na aba de serviços do site institucional; canais da Ouvidoria para recebimento de manifestações; atendimento presencial na Secretaria de Planejamento. A seguir, foi realizada uma breve introdução sobre o projeto da LDO, informou que a previsão da receita para 2026 é de R\$ 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de reais) e a palavra foi passada ao Gestor Comercial, Sr. Valdir Antônio Dourado Filho, que deu continuidade à apresentação com informações sobre o planejamento orçamentário. Foi realizada uma explanação sobre os três principais instrumentos de planejamento orçamentário da administração pública: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Na oportunidade, aprofundou no conteúdo relacionado à LDO, destacando que esta estabelece as metas e prioridades da administração municipal para o exercício financeiro, orienta a elaboração da LOA e dispõe sobre a organização e estrutura dos orçamentos nela contidos. Foram abordados, ainda, aspectos referentes à composição da receita municipal, à programação das despesas e às limitações legais e operacionais impostas à sua execução. Ao terminar o senhor Valdir se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas que surgirem sobre o assunto. O vereador Everson Roriz questionou o valor repassado para o duodécimo da Câmara, com base no orçamento de R\$ 865 milhões, e pediu esclarecimentos sobre o percentual repassado e o método de cálculo. O senhor Valdir, responsável pela explicação, informou que o valor repassado corresponde a 6% da arrecadação de determinadas receitas do ano anterior. O vereador Everson Roriz questionou, ainda, a comparação do valor do duodécimo em relação ao ano anterior, tendo a senhora Alessandra respondido que o repasse foi de

20 milhões, valor calculado corretamente e certificado pelo Tribunal de Contas do Município. Ela também explicou que este valor se refere ao exercício de 2025 e que, para o ano de 2026, a previsão é de um repasse estimado de 23 milhões. Na sequência, o senhor Everson questionou o percentual das emendas impositivas, se esse percentual era 2% do orçamento previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), ou se teria algo previsto para as emendas impositivas na LDO do ano que vem. A senhora Alessandra esclareceu que o valor deve constar na LDO, sendo de 0,6% da receita corrente líquida, conforme a legislação municipal, e que esse valor é estimado com base no fechamento do exercício do ano anterior. Ela ressaltou que, na LDO, constará apenas a autorização para a realização das emendas impositivas, conforme a Emenda à Lei Orgânica nº 47/2019. A senhora Alessandra ainda pontuou que os vereadores precisam se organizar com relação às aplicações dos recursos das emendas e que, no caso das subvenções, é necessário verificar se as entidades beneficiadas estão com a documentação regularizada, pois não será possível realizar repasses às entidades inadimplentes, em qualquer esfera ou poder. O senhor Everson Roriz finalizou, parabenizando a Secretaria de Planejamento pelo excelente trabalho realizado, assim como o Secretário de Finanças e o Prefeito Diego Sorgatto, por conseguirem realizar os investimentos necessários de acordo com o crescimento da receita municipal. Como não houve novos questionamentos ou manifestações, a Assessora Executiva enfatizou a importância das leis e demais ferramentas de planejamento na gestão pública, destacando que a legislação federal proíbe qualquer gasto público que não tenha sido previamente planejado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu, Patrícia de Fátima de Siqueira, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pela Assessora Executiva da Secretaria de Planejamento e pelos demais responsáveis pela condução da audiência.